

EPISTEMOLOGIAS DO SUL: REFLEXÕES TEÓRICAS NA SOCIOLOGIA E NOS ESTUDOS DE GÊNERO

Karolayne Gonsalves¹

RESUMO:

O nascimento das ciências sociais, pelo menos o que é ensinado dentro da grade curricular dos cursos e programas da disciplina, tem origem no continente Europeu. No caso da Sociologia, os fundadores da matéria, normalmente são citados três autores: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Neste ensaio vou tecer brevemente uma crítica sobre o entendimento da “sociologia clássica”, inspirado em autores do Sul e inseridos, em maioria, em um debate pós-colonial, a partir do uso da metodologia da revisão bibliográfica. O objetivo é introduzir autores teóricos, pensando em uma teoria sociológica do Sul e como isso pode contribuir para refletirmos sobre questões de gênero e violência no contexto latinoamericano. Para atingir tal feito, usarei autores que dialogam com a discussão pós-colonial, em conjunto com teóricos do campo de estudos de gênero. Como resultado, o presente trabalho elabora uma amostra dos caminhos teóricos dos estudos de gênero, que constroem uma crítica ao cânone epistemológico da sociologia e dialogam com realidades do Sul Global.

Palavras-chave: teoria sociológica, gênero, sul global, decolonialidade.

EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH: THEORETICAL REFLECTIONS IN SOCIOLOGY AND GENDER STUDIES

Abstract

The birth of social sciences, at least what is taught within the curriculum of the discipline's courses and programs, originates on the European continent. In the case of Sociology, the founders of the

¹ Bacharel (2022) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e graduanda em licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade (UFRGS).

subject are usually cited by three authors: Karl Marx, Max Weber and Émile Durkheim. In this essay I will briefly criticize the understanding of “classical sociology”, inspired by authors from the South and inserted, for the most part, in a post-colonial debate, using the methodology of bibliographic review. The objective is to introduce theoretical authors, thinking about a sociological theory of the South and how this can contribute to reflecting on issues of gender and violence in the Latin American context. To achieve this, I will use authors who dialogue with the postcolonial discussion, together with theorists in the field of gender studies. As a result, the present work prepares a sample of the theoretical paths of gender studies, which construct a critique of the epistemological canon of sociology and dialogue with realities of the Global South.

Keywords: sociological theory, gender, global south, decoloniality.

EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR: REFLEXIONES TEÓRICAS EN SOCIOLOGÍA Y ESTUDIOS DE GÉNERO

Resumen

El nacimiento de las ciencias sociales, al menos lo que se enseña dentro del plan de estudios de los cursos y programas de la disciplina, se origina en el continente europeo. En el caso de la Sociología, los fundadores de la disciplina suelen ser citados por tres autores: Karl Marx, Max Weber y Émile Durkheim. En este ensayo criticaré brevemente la comprensión de la “sociología clásica”, inspirada en autores del Sur e insertada, en su mayor parte, en un debate poscolonial, utilizando la metodología de la revisión bibliográfica. El objetivo es presentar a autores teóricos, pensando en una teoría sociológica del Sur y cómo ésta puede contribuir a reflexionar sobre cuestiones de género y violencia en el contexto latinoamericano. Para lograrlo, utilizaré autores que dialogan con la discusión poscolonial, junto con teóricos en el campo de los estudios de género. Como resultado, el presente trabajo prepara una muestra de los caminos teóricos de los estudios de género, que construyen una crítica al canon epistemológico de la sociología y el diálogo con realidades del Sur Global.

Palabras clave: teoría sociológica, género, sur global, descolonialidad.

INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero não são consensuais e fixos. Contém inúmeros significados e abordagens. Existem três momentos normalmente lembrados, que situam o gênero no campo de pesquisa. O primeiro momento é pautado em 1949 com a publicação do livro “O Segundo Sexo” da autora francesa Simone Beauvoir, que se estende até a década de 70 com o movimento feminista. Esse momento é caracterizado por reflexões sobre a construção da feminilidade e desigualdades entre homens e mulheres.

O segundo momento gira em torno da década de 70 e 80, com o artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” da autora Joan Scott, traduzido e publicado no Brasil em 1995. A perspectiva de gênero como dimensão relacional, proporcionada por Scott (1995), segue sendo uma das principais influências do campo de estudos. Por fim, o terceiro momento surge com a linha pós-estruturalista, com a autora Judith Butler, que problematiza gênero enquanto um sistema produzido dentro de uma ideologia de heteronormatividade hegemônica (FACHINETTO, 2012).

Esses episódios citados acima são todos localizados e produzidos em uma parte concentrada da academia global: na Europa e nos Estados Unidos. Ou seja, a compreensão de gênero, o ser mulher e o ser homem, era (e muitas vezes ainda é) entendido a partir da realidade que as autoras mencionadas estavam inseridas. Embora algumas contribuições tenham se esforçado para fugir dos limites das fronteiras, ainda assim não conseguiram suprir as múltiplas diversidades existentes. Ainda hoje as teóricas seguem como referências dos estudos de gênero, inclusive no Brasil, que, no final dos anos 80, adotou o conceito pautado por Scott e passou a aplicar em grande parte dos seus estudos. O conceito “mulher” é substituído pela categoria “gênero” e os trabalhos tomam uma nova direção no país.

Nesse contexto, compreendendo que a ideia de gênero é pautada em cima de autores do norte global, busco problematizar essa realidade e os cânones de produção intelectual. Com isso, apresento algumas e alguns autores que atuam no campo dos estudos de gênero, alinhando o debate Sul-Sul, que é capaz de

contemplar algumas realidades presentes no continente latino-americano, que são invisibilizadas pelos cânones teóricos. Diante disso, a primeira seção deste ensaio buscará refletir sobre as questões que são levantadas na sociologia atualmente sobre os estudos teóricos “clássicos”. Na segunda seção serão abordados os estudos de gênero, as autoras que são consideradas as principais autoras do campo e a atuação no continente latino-americano. Finalmente, nas considerações finais, buscou alinhar a problematização dos autores “clássicos” da sociologia, o debate teórico do Sul global e como isso influencia os estudos de gênero.

1 REFLETINDO SOBRE A SOCIOLOGIA CLÁSSICA

A fim de refletir sobre a teoria “clássica” da Sociologia, será utilizado o texto “O Império e a criação de uma Ciência Social” da Raewyn Connell, publicado em 2012, e o “As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial” de 2014, da autora Gurninder Bhambra. Os textos mencionados elucidam uma contextualização ampla sobre a teoria que é tomada como “clássica” na disciplina e nos auxilia a compreender os sintomas e impactos dessa corrente dentro da Sociologia.

No texto articulado por Connell (2012), o cânone “clássico” da sociologia é objeto de análise da autora, em que busca explorar o desenvolvimento da disciplina e, posteriormente, o papel dos Estados Unidos em consolidar as figuras do campo teórico, estudando parte do esforço do país em reconstruir a sociologia, após a falha do primeiro projeto (CONNELL, 2012). Para compreender a origem e o progresso da disciplina, é fundamental visualizar o quadro de forma ampla. Esse viés histórico não se dá apenas pela formação da autora, mas sobretudo, na tentativa de alcançar de forma mais clara e objetiva o nascimento e a reformulação do campo de estudos das ciências humanas, mas especificamente aqui, o da sociologia. A trajetória traçada pela disciplina e, conseqüentemente, o que ela é hoje dentro das universidades, é resquício de um pano de fundo muito maior, amplo e global.

A leitura do texto da Connell deve ser um exercício de reflexão com a formação acadêmica do curso de Sociologia. Conforme a autora discorre no texto e que é confirmado no programa curricular das disciplinas dos cursos de graduação, é o entendimento do que é a sociologia clássica. Nessa sùmula, provavelmente estarão inseridos pelo menos três autores: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. A autora cita mais alguns que normalmente estão na lista: Comte, Spencer, Tönnies e Simmel (CONNELL, 2012). A autora entende essa teoria "clássica" como um cânone no sentido de teoria literária, pois tem o potencial de privilegiar textos, em que os mesmos são capazes de definir um campo (CONNELL, 2012). Nesse sentido, a conjuntura da criação desse material é essencial para compreender onde esses textos selecionados estavam sendo desenhados e a partir de qual pano de fundo eles eram articulados. Os autores que definem a sociologia "clássica" hoje, constituem, ainda, um pequeno grupo de intelectuais seletos e que, mesmo com tanto tempo transcorrido desde então, permanece presente e, em alguma medida, até mesmo intacto na formação dos novos sociólogos.

Nesse processo de análise sobre a origem da sociologia como disciplina, o contexto histórico, social e político, normalmente são levantados para indagar se os autores que são tidos como "clássicos" da sociologia realmente são suficientes para explicar a realidade social e contextos sociais plurais. Dessa forma, como retrata Connell (2012, p. 312):

[...] nós temos fortes razões para duvidar do retrato convencional da criação da sociologia. Isso não apenas para questionar a influência de certos indivíduos. Nós precisamos examinar a história da sociologia como um produto coletivo – as preocupações compartilhadas, suposições e práticas que construíram a disciplina em vários períodos e o formato dado que a história pelas forças sociais transformadoras construiu a nova ciência (CONNELL, 2012, p. 312).

O objetivo desse ensaio, para além do que é apontado pela autora, é tecer a crítica à sociologia "clássica", bem como essa sociologia manipulada pelo norte global, que vem realizando esse processo de se criar, compreender-se e se reproduzir a partir dos limites da sua fronteira, mas que ultrapassa os seus conteúdos como

uma verdade única. Essa percepção sobre a disciplina influenciou em campos de estudos dentro da matéria. Na estudos de gênero, como canalizo neste ensaio, conseguimos identificar um caminho semelhante, como veremos no próximo tópico.

Como é discorrido no texto por Connell (2012) a sociologia como disciplina acadêmica foi desenvolvida durante as duas décadas finais do século dezanove e a primeira década do século vinte, nas grandes cidades universitárias da França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Rússia (CONNELL, 2012). Normalmente, conforme defende a autora, a história da fundação se justifica por esses locais estarem ocorrendo o processo de modernização ou industrialização capitalista. A sociologia era uma tentativa de conseguir interpretar todas as alterações vigentes. Isso vai de encontro com o que Gurninder Bhambra (2014), quando discorre que a antropologia surgiu para trabalhar com as sociedades tradicionais, ao passo que a sociologia surgiu para trabalhar com as sociedades modernas. Contudo, o que Connell (2012) argumenta, é que não faz sentido justificar o nascimento da sociologia nesses locais por conta da modernização e dos processos sociais que, em tese, estavam ocorrendo apenas ali. Os autores que mais tarde foram considerados os fundadores da disciplina não estavam pesquisando e/ou escrevendo sobre premissas daquela ordem.

Segundo Connell (2012), o que movia os sociólogos naquele período era a ideia de diferença entre a metrópole e outras culturas. Esse interesse não contemplava o mapeamento do princípio dessas “diferenças”. O tempo e o contexto, aparentemente, não eram fatores relevantes, pois grande parte desses autores inseridos no norte global não consideraram as colônias francesas, os impérios ingleses e a expansão das colônias czaristas nos seus resultados (CONNELL, 2012). Segundo a autora, isso não era uma mera coincidência. Os autores estavam situados em países que eram considerados “metrópole”, poderes imperiais modernos e que eram responsáveis pelas colônias distribuídas pelo globo, e estavam bem conscientes da sua condição perante a conjuntura mundial. Para a autora, a sociologia era:

[...] formada dentro da cultura do imperialismo e incorporou uma resposta intelectual ao mundo colonizado. Este fato é crucial para entender o conteúdo e o método da sociologia, assim como a ampla significância cultural da disciplina.(CONNELL, 2012, p. 316).

De forma sucinta, o que Connell (2012) traz no seu texto, é que na última década do século em que a sociologia se tornou um campo de estudo e uma disciplina, a matéria se nutriu a partir da diferença entre as ditas “metrópoles” e sociedades colonizadas. Eles não buscaram compreender a origem, tampouco a importância dessa diferença entre as realidades, mas se dedicaram a interpretar o contraste, através da evolução física, o tipo humano, o nível dos padrões sociais e mentais (CONNELL, 2012).

Para Connell (2012), ainda que os trabalhos estivessem dentro desse núcleo da metrópole imperial, essa sociologia da diferença global sempre foi pautada em cima da raça. Mas, novamente, ela não foi desenvolvida buscando compreender os gatilhos da sua diferença, mas sim interpretá-la a partir do comparativo social entre o “moderno” e “tradicional”. Connell (2012) cita autores que discutiram sobre esse material, como William Edward Burghardt Du Bois, que propôs em 1901 que a linha de cor era “o problema do século vinte” ou Giddings (1986) que disse que “homens brancos usualmente não se casam com mulheres negras,” como forma de exemplo a “consciência da espécie”. As leis da “evolução social” do Comte foram utilizadas pelo próprio Durkheim como base da sociologia comparada, autores que prosseguem populares nas universidades. No que tange a menção sobre gênero e sexualidade, não há muito material que explore esses conceitos. Segundo Connell (2012), Spencer escreveu em *The Principles of Sociology* sobre o primeiro conjunto de instituições, que ele chamava de doméstico. Ele não fugiu dos temas de parentesco, família e o status das mulheres, assim como Letourneau que discorre sobre casamento e família. Para a autora, as questões de gênero e sexualidade só eram exploradas na sociologia quando eram afetadas pela “preocupação evolutiva e os problemas do império” (Connell, 2012, p. 318). (inserir a página, pois há citação).

No penúltimo tópico do artigo, a autora discorre sobre a cultura política do Império. No final do século dezenove e começo do século vinte, esse assunto foi mobilizado por vários pesquisadores

que estavam dedicados a analisar a sociedade. Para a historiadora, além da metrópole, havia várias personalidades que exploravam academicamente a modernidade neste período, buscando se concentrar em outros pontos culturais, resgatando outros espaços além do europeu. Além disso, outro ponto de pesquisa, foi a perspectiva das sociedades colonizadas sobre os europeus. Connell (2012) cita al-Afghani no Oriente Médio Islâmico, Chatterjee e Tagore em Bengala e Sun Yat-sem (1927) na China, como referência desse período sobre pesquisas de mudanças culturais e na vida social.

A autora chama atenção para outro fato, pois além dessa sociologia ganhar palco em uma localização geográfica específica, ela também tem uma localização social. Os homens, em sua maioria, eram da burguesia metropolitana liberal. Eles tinham formações (poucas vezes na área das ciências humanas) e viviam com o capital da família, além do trabalho doméstico das mulheres. Esse processo da sociologia como disciplina consolida-se fora do continente europeu aos poucos, com a Associação para a Promoção das Ciências Sociais em Boston. Logo após, em 1860, as faculdades norte-americanas já estão introduzindo o assunto nas salas de aula. Em 1885, na França, há a primeira disciplina de Sociologia, ministrada por Letourneau. Em seguida, em 1890, os Estados Unidos formularam um currículo para as ciências sociais e começaram a mobilizar uma mudança para refletir sobre o método comparativo e o olhar imperial.

A sociologia sofreu os efeitos da Primeira Guerra Mundial. Separou a comunidade intelectual dos sociólogos e alterou as condições da disciplina. Para Connell (2012) a visão da sociologia foi pautada em evitar discutir a violência do colonialismo, mas a experiência da guerra moldou toda a estrutura, pois a violência agora estava dentro da metrópole. A violência não poderia ser mais negada pelos pesquisadores, mas o foco não seria necessariamente nos países que cruzassem fronteira com a “metrópole”. Esse período é marcado pela mudança do tom das produções, sobretudo de algumas obras pautadas pela autora: Vilfredo Pareto, em seu *Treatise of General Sociology* (1916), Oswald Spengler em *O Declínio do Ocidente* (1918-22) e Weimar alemã, Scheler e Mannheim desenvolvendo a área da Sociologia do Conhecimento. Os movimentos sociais também influenciaram nesse período:

Os movimentos revolucionários também deram origem a sociologias possíveis. Na Rússia, o líder bolchevique Bukharin (1925) produziu “um sistema de sociologia” tão ambicioso quanto nenhum outro no mundo capitalista do período. Muito melhor lembradas são as teorias sociais do revolucionário italiano Gramsci. Du Bois (1968), tendo deixado a sociologia acadêmica pelo ativismo em prol dos direitos civis, conectou questões raciais na metrópole com movimentos no mundo colonial e, crescentemente, com a estrutura do capitalismo global. (CONNELL, 2012, p. 326)

Em 1950, ocorre a “ruptura epistemológica”, segundo Connell (2012), em que o objeto de conhecimento era o núcleo da metrópole: sociedade, diferença social e desordem social. Os desenvolvedores desse campo eram pesquisadores da Escola de Chicago. Com a “nova sociologia” dita pela autora, percebe-se um vácuo conceitual, provavelmente ocasionado pelo fato dos autores prosseguirem concentrando-se na produção intelectual do norte. Ainda que essa nova geração reconhecesse os conflitos dentro da teoria evolucionista, ainda não foi capaz de explorar muito além dos limites geográficos. Os estudiosos resgataram autores daquela “primeira geração” formando esse cânone clássico que conhecemos hoje.

Esse passo de legitimação do cânone da sociologia “clássica” foi iniciado pelo autor Talcott Parsons, em *A Estrutura da Ação Social*, de 1937. Aqui Weber e Durkheim eram lidos como fonte de origem das leis e normas da disciplina. Wright Mills segue um processo semelhante no livro *Imaginação Sociológica* de 1959. Entre 1930 e 1950 os textos europeus são traduzidos para o inglês e, posteriormente, entre 1960 e 1970 a tradução começa a se propagar em outras línguas. Marx só apareceu na próxima geração pós Parsons, sendo resgatado por estudantes. Para a autora, só em 1970 que os três autores apareceram definitivamente como pais fundadores da sociologia.

O texto da Gurinder Bhambra (2014) discorre sobre as mudanças da sociologia na área acadêmica. Para ela, as alterações do mundo passaram a influenciar no campo da sociologia, introduzindo uma “sociologia global”. Segundo a autora, esse argumento vem sendo propagado como forma de reparar o vácuo

sobre a representatividade dentro da disciplina, dessa forma, a sociologia global é vista como uma oportunidade de consertar as negligências do campo. Para tal, ela examina três momentos dentro da sociologia que são concentradas essa preocupação: i) o paradigma de múltiplas modernidades, que se afasta da modernização linear antes compreendida; ii) a sociologia global multicultural, que leva em consideração os trabalhos de outros intelectuais pelo mundo e iii) crítica ao nacionalismo metodológico e a defesa da abordagem global cosmopolita (Bhambra, 2014).

Ao discorrer sobre esses três momentos, a autora defende a abordagem pós-colonial de “sociologias conectadas”, que critica o eurocentrismo e a preocupação com a história e conjuntura política, pois disponibiliza a visão mais ampla sobre a compreensão do mundo contemporâneo. Esse entendimento, segundo a intelectual, proporciona uma concepção das hierarquias de caráter racial, nas instituições e desenvolvimento dos conceitos e categorias sociológicas (BHAMBRA, 2014).

Em síntese, o argumento da autora sustenta que o entendimento da “sociologia global” é um caminho viável para considerar a história, situação social e política atual. Não se trata apenas da globalização, mas das condições globais pós-colonial, que raramente são os pontos que baseiam as pesquisas sociológicas. No entanto, a ideia de modernidades múltiplas, embora se preocupe com as variações culturais, a autora ainda critica esse tipo de modelo, pois essa estrutura de pesquisa ainda entende a Europa como ponto de partida. Segundo a autora:

A ideia das modernidades múltiplas pode ser argumentada de modo a representar um tipo de multiculturalismo global, no qual uma modernidade comum (eurocentrada) é flexionada por (outras) culturas diferentes. (BHAMBRA, 2014, p. 138).

Contudo, conforme cita a autora, para Syed Farid Alatas (2006) as ideias das modernidades múltiplas se baseiam na falta de autonomia da sociologia no Terceiro Mundo e na falta de abordagem multicultural. Bhambra (2014) critica não o pós-colonialismo, mas os estudiosos que permitem essas novas

contribuições na sociologia, mas não a influência desses intelectuais na reconstrução da sociologia. Por não configurar o seu entendimento do passado, a autora interpreta que há omissão global colonial. Para ela, não se trata de concordar com o relativismo, mas de reconstruir os conhecimentos do presente e, principalmente, os do passado (BHAMBRA, 2014).

As críticas firmadas por Bhambra e Connell são extremamente relevantes, pois elucidam questões pertinentes, que estão igualmente presentes nos estudos de gênero. Aqueles que constituem o campo, e que seguem sendo as principais referências do campo hoje, são aquelas que nasceram no Norte Global, no entanto, o debate no Sul global que conversa gênero com o colonialismo existe há um tempo e é bem forte no continente sul-americano. No próximo tópico me debruço sobre os estudos de gênero e possíveis reflexões dentro da sociologia.

2 ESTUDOS DE GÊNERO

Para compreender o campo de estudos de gênero, é necessário retomar os estudos sobre mulheres. No norte global, com a dita “primeira onda” do feminismo, houve mobilização por parte do movimento feminista dentro dos espaços intelectuais. Conforme mencionado, houve três momentos que marcaram o campo de estudo: o primeiro nasce com a Simone Beauvoir, sob a reflexão sobre a desigualdade entre homens e mulheres, como se constitui a feminilidade e a mulher na sociedade. O segundo momento, que inaugura o gênero como dimensão relacional, é marcado por Joan Scott. Finalmente, o terceiro momento emerge com a Judith Butler, que discorre sobre gênero inserido em um sistema de ideologia de heteronormatividade hegemônica.

Pensando em compreender o cânone dos estudos de gênero, altero a local de interlocução desses estudos para o Brasil, para visualizar como o campo de produção se desenvolveu no território. O país passou pelo mesmo processo: iniciou com trabalhos sobre mulheres por volta da década de 80, no período de redemocratização. Esse período foi marcado pela intensificação do movimento feminista para engajar a luta contra o enfrentamento

de violência contra as mulheres. Esse momento não refletiu apenas nas produções acadêmicas, mas na efetividade de políticas públicas que foram inspiradas na articulação do movimento, como a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em 1985, instauração dos Juizados Especiais Criminais em 1995, a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 e, recentemente, a consolidação da tipificação criminal do Femicídio, em 2015.

O movimento feminista no período, bem como os progressos efetivados, gerou diversas pesquisas acadêmicas. Essas produções, normalmente, eram norteadas por teorias do Norte Global. Os primeiros trabalhos de gênero no Brasil refletiam sobre a delegacia da mulher, processos de institucionalização de políticas públicas e a violência contra as mulheres. Ou seja, os estudos de gênero eram facilmente identificados como estudos sobre as mulheres, o que segue sendo comum até hoje, embora não seja o uso correto da categoria analítica.

A autora que norteou essas pesquisas no Brasil foi a Joan Scott com o artigo "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". Nesse texto a autora realiza uma revisão do conceito, passando por diversas áreas de conhecimento e linhas teóricas, até chegar a definição de gênero. Parte, primeiramente, da rejeição ao determinismo biológico, utilizado para justificar a diferença entre homens e mulheres. Para Scott (1995) as desigualdades estão condicionadas a um universo mais amplo, como socioculturais, regras e simbologias. A principal influência no pensamento da historiadora foi o intelectual Michel Foucault, pois entende o gênero inserido nas relações de poder. Não crê que o poder social é unificado e centralizado, mas contém "constelações dispersas de relações desiguais" (SCOTT, 1995, p. 86) e é nessa estrutura que se constrói "uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites" (SCOTT, 1995 , p. 86). O conceito de gênero foi fundamental nos estudos sobre violência porque foi incisivo na crítica à vitimização das mulheres (DEBERT E GREGORI, 2008).

Hoje o movimento feminista conseguiu expandir a sua perspectiva. Há diversas críticas sobre o alinhamento que produz opressões racistas e classistas, reconhecendo os limites da teoria. Segundo Rago (1998), a epistemologia feminista, como campo e produção

do saber, gerou também um modo “dominante de produção do conhecimento científico” (RAGO, 1998, p. 3). Mesmo com a proposta de repensar nas desigualdades, o feminismo também apaga a experiência de mulheres não brancas (REIS, 2017). Ao refletir sobre a teoria clássica, o cânone das produções da sociologia e a origem do feminismo, é necessário expandir a perspectiva do feminismo que culminou os estudos de gênero. A epistemologia que constitui o campo de estudos é predominantemente euro-ocidental, limitando-se às realidades de uma conjuntura política liberal e de mulheres brancas. Dessa forma, Donna Haraway complementa:

“Donna Haraway (2013) – partir das reflexões de intelectuais negras e chicanas, como Patrícia Hill Collins, Gloria Anzaldúa, Cherry Moraga – propõe que devemos repensar a questão das identidades das lutas sociais, pois as consciências fixas de classe, raça, gênero são herdadas das realidades contraditórias do capitalismo, colonialismo e patriarcado. De acordo com ela “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher” (REIS, 2017, p.2)

Na América Latina, Maria Lugones gerou as suas investigações a partir de estudos de intelectuais de cor nos Estados Unidos e feministas do Terceiro Mundo. Ela intitula a análise desse cruzamento como “sistema moderno-colonial de gênero” (LUGONES, 2008). A autora critica a ideia de gênero hegemônico, pois entende que o conceito precisa compreender a dimensão histórica do sistema colonial. No texto *Colonialidad y Género* de 2008 a autora ainda critica o conhecimento acadêmico. Para ela, as relações de colonialidade e distribuição geocultural do poder capitalista seriam os responsáveis por guiar o cânone intelectual: mediam, quantificam e padronizam, com o objetivo de controlar as pessoas e os meios de produção. Isso gera a ideia de apenas uma verdade e uma divisão social entre superior e inferior, racional e irracional, primitivo e civilizado, tradicional e moderno (LUGONES, 2008). Essa ideia caminha junto às reflexões relacionadas por Connell e Bhabra, mas concentradas apenas nos estudos de gênero.

No plano nacional, Lélia Gonzalez estava produzindo sobre o tema desde 1988. A antropóloga buscou refletir sobre a exclusão das mulheres no Brasil, sobretudo mulheres negras e indígenas. Neste texto, em especial, que é de 1988, a discorrer que o racismo é “como a ‘ciência’ da superioridade euro cristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação”, nesse sentido, debater sobre o pensamento da autora é manifestar a história das mulheres da diáspora africana na América Latina e no Brasil (RATTS, 2010).

O conceito “amefricanidade” criado em 1980, é a busca da autora de refletir as culturas indígenas e africanas de dentro, afastando-se do pensamento moderno europeu. Essa categoria nasceu a partir do feminismo hegemônico e sua perspectiva genérica sobre as mulheres. Embora González (1988) defenda o papel do feminismo na luta contra o capitalismo patriarcal, a discriminação racial não foi um ponto presente no desenvolvimento do movimento das mulheres.

Diante desse contexto, a autora mobiliza duas categorias do pensamento lacaniano: a categoria de infante e sujeito-suposto-saber. O infante trata-se do indivíduo que é referido pelos outros pela terceira pessoa, sobretudo a criança referida falada pelo adulto. A criança, nesse processo, acaba reproduzindo o discurso e fala de si mesmo, a partir da perspectiva da terceira pessoa. Dessa forma, o infante passa a ser quem ocupa o vácuo, mesmo existindo, a sua presença material é excluída e ignorada. Gonzalez, com essa primeira categoria, associa que “nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (GONZALEZ, 1988, p. 128). A categoria sujeito-suposto-saber, ajuda a elucidar a configuração psíquica inconsciente na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador. A partir de Fanon (2008), a autora procura semelhanças no contexto da história para abordar o racismo e a resistência de mulheres negras e indígenas.

Ao desenvolver as categorias mencionadas, a autora discorre que o eurocentrismo e o colonialismo alienam as teorias, fazendo com que as percebemos como libertadoras. Desse modo, podemos refletir aqui sobre o movimento feminista, bem como os estudos de gênero, como uma possibilidade libertadora para as desigualdades

entre homens e mulheres, no entanto, conforme é transcrito no presente ensaio, percebe-se que os trabalhos teóricos sobre gênero que têm notoriedade são produzidos no Norte do globo, normalmente desconsiderando recortes importantes, como raça e classe. Essa falsa liberdade que Gonzalez (1988) menciona desde a década de 80 e que até hoje prossegue sendo pauta do movimento feminista e do campo de estudos de gênero.

Sueli Carneiro (2004) também reconhece esse vácuo no movimento feminista, pois, para ela, não foi possível incorporar a dimensão de raça no discurso, visto que as mulheres brancas ainda estão presas na visão eurocêntrica e na ideia de que as desigualdades entre homens e mulheres são únicas e universais. As inúmeras culturas e realidades sociais exigem que as epistemologias reconheçam as narrativas das mulheres de cor, pois até hoje há invisibilidade de determinados discursos e vivências. O movimento feminista, nesse sentido, bem como estudos de gênero e a teoria da disciplina, precisam expandir os seus horizontes para novas perspectivas e protagonismos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A base da formação das ciências sociais é atribuída, ainda hoje, aos autores Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. O pensamento dos autores influenciou inúmeros pensadores que deram continuidade às suas teorias, bem como, atualmente, as contribuições seguem sendo tema de debate, seja com o objetivo de manter as concepções “clássicas” vivas ou em buscar novas formas de pensamentos, a partir de críticas e reformulações. A influência dos autores partiu desde a revolucionária análise sobre o universo econômico e social, fruto do capitalismo, até as orientações sobre o papel do sociólogo e os tipos ideais de uma pesquisa social. Além disso, pontuaram conceitos que são utilizados frequentemente em inúmeros campos das ciências humanas: o fato social, tipo ideal, o materialismo histórico, ação social e demais concepções que ainda são fontes de inúmeras reflexões. No entanto, a justificativa dos autores acima serem considerados clássicos, é associada à ideia de que as suas pesquisas foram geradas no período da modernização, que a princípio ocorria

apenas no Norte Global. No entanto, as produções que foram manipuladas nesse período, não tratavam da modernização e sim da diferença entre a sociedade moderna e tradicional, ignorando fatores gritantes da conjuntura: colonialismo, imperialismo e racismo.

Atualmente as demandas sociais emergem um novo caráter da disciplina: uma ciência que busque analisar as desigualdades raciais e de gênero, a influência da tecnologia, a fome, o enriquecimento do debate Sul-Sul e a construção de um pensamento decolonial. Essa necessidade só se fortalece com pesquisadores inseridos nessa realidade, que lhe cabem o papel de considerar essas configurações e absorver essas novas perspectivas em seus estudos.

Além do pensamento “clássico” caber em um espaço tempo diferente ao nosso, os autores considerados “pais” da sociologia, estão localizados em um contexto totalmente diferente do continente latinoamericano. Somos frutos de um processo de colonização e escravidão, o que segue refletindo na manutenção atual da sociedade, com desigualdades e preconceitos. Cabe, então, estar atento ao que se pode aproveitar desses autores e ter cuidado ao utilizá-los, visto que hoje existe um núcleo extenso de intelectuais que se dedica na produção de conhecimento que insere a realidade Sul. Dessa forma, é inegável o auxílio dos autores na constituição de determinados conceitos e no desenvolvimento da sociologia como disciplina, no entanto, é igualmente inegável que inúmeros autores foram negligenciados. Além dos intelectuais, vários temas foram conscientemente desconsiderados nas pesquisas nos cânones da teoria sociológica, como o processo de colonização, raça e classe.

No texto “A iminente revolução da teoria social” da Raewyn Connell (2012), a autora discorre sobre a sua visão da teoria clássica. Para ela, o que estou de acordo, a divisão do trabalho teórico é desigual: a massa das produções intelectuais está na metrópole global, enquanto a periferia é utilizada para campo. Nesse processo são negligenciados pontos cruciais para o entendimento de diversos aspectos sociais, tais como: o colonialismo, a disparidade racial, de gênero e sexual, povos tradicionais e demais correlatos. Por isso, a sua crítica aos clássicos, pois a sua posição social e geográfica não permitia acesso às

demais realidades e, ainda assim, nós, do sul global, ainda os consideramos “clássicos” e reproduzimos a sua teoria, sem ao menos questionar a sua relevância. A autora defende uma teoria que leve em consideração as desigualdades como o cerne do problema, um currículo pensado que valorize as produções do Sul e uma nova epistemologia de pensamento e uma política que dê atenção ao conteúdo fornecido pelas ciências humanas, a partir de financiamento de pesquisas e da acessibilidade desses conteúdos, pois não se trata de uma teoria social feita para os países periféricos, mas uma teoria global e que todos possam acessá-la.

Acredito que a Sociologia atual, principalmente a Sociologia situada no Sul, conta com um acervo capaz de corroborar e colocar em xeque o que deve ser considerado como clássico em nosso campo de estudo. É fundamental debater e dar visibilidade para pensadores e pensadoras que discorrem sobre nosso contexto histórico e social, dando luz a novas teorias e vertentes da ciência social. Essa visibilidade não se limita à valorização do material produzido no nosso continente, mas na possibilidade de aproximação e identificação nas vozes desses autores. Geralmente, são esses autores que contêm capacidade analítica de observar os contextos históricos, a influência do colonialismo, recortes sociais e que transpassam a vivência dos seus interlocutores. E, ainda, conforme defende bell hooks em “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013) é fundamental produzir uma teoria que sirva para todos, uma teoria libertadora. Quando reproduzimos teorias do norte global, os resultados das nossas pesquisas correm o risco de se limitar a uma realidade inexistente. Essa liberdade defendida por bell hooks está presente em autores do sul global que questionam os padrões da teoria social, mas também em autores do Norte, que buscam tencionar os ditos “clássicos” da sociologia.

No que tange aos estudos de gênero, mesmo aqueles que foram produzidos no norte global, foram essenciais para promover pesquisas sobre equidade entre homens e mulheres, aprofundar questões sobre masculinidade e feminilidade, no entanto, a reflexão do presente ensaio não é criticar e anular esses trabalhos, mas proporcionar uma reflexão acerca da construção da categoria analítica gênero, que normalmente deixa a margem noções

importantes para análise, como raça, classe e o próprio colonialismo. Nessa mesma direção, é possível observar uma vasta contribuição teórica sobre estudos de gênero, tanto na América Latina, como no próprio Brasil. Essas pesquisas não são recentes, estão sendo produzidas há anos e levam em consideração a nossa realidade, proporcionando um panorama que contempla as vivências das mulheres no Brasil. Assim, como a teoria “clássica” que constitui um cânone dentro da disciplina, os estudos de gênero seguem o mesmo processo, no entanto, como as pesquisas pós-coloniais que surgem a fim de questionar as ideias do norte global, os estudos de gênero localizados na América Latina buscam gerar o mesmo questionamento: aprofundar a noção de gênero a partir das realidades que estão presente no continente. Esse movimento está mais presente nos trabalhos atuais e, com isso, percebe-se o efeito singular nas pesquisas e uma perspectiva epistemológica mais ampla, diversa e contemplativa. Quando falamos sobre gênero a partir da ótica de María Lugones (2008), os recortes que atravessam o corpo de uma mulher com Lélia Gonzalez (1998) e as múltiplas masculinidades observadas por Mara Viveros Vigoya (2018), conseguimos traduzir com potência os resultados do campo e visualizar o poder da teoria do sul global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHAMBRA, Gurinder. As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. *Sociedade e Estado* [online]. 2014, v. 29, n. 1, pp. 131-151.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In; *História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. MUNANGA, Kabengele (org), v. 1, Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2004.

EPISTEMOLOGIAS DO SUL

CONNELL Raewyn. "A iminente revolução na teoria social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Outubro de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a01.pdf>

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma Ciência Social. Contemporânea, vol. 2, n. 2, 2012.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

FACHINETTO, Rochele Fellini. "Quando eles as matam e quando elas matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri". Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFRGS, Porto Alegre/RS, 2012.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.

GIDDINGS, Franklin Henry. The Principles of Sociology. NovaYork, Macmillan, 1986.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano, 1988.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LUGONES, María. Colonialidad y género. 76. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, No.9: 73–101, julho–diciembre 2008.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25–37, 1998.

RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, v. 9, 2010.

EPISTEMOLOGIAS DO SUL

REIS, Nathália Dothling. Descolonizando o Gênero: Mulheres Negras e Não Brancas e/no Pensamento Científico. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, v. 11, 2017.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade, v.15, n.2, jul./dez.1990, 1995.

VIGOYA, Mara. V. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro/RJ: Papéis Selvagens, 2018.